



**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO**

**Parecer Técnico nº 01/2014/CTPNRH/CNRH/MMA**

Assunto: Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos Prioridades 2012-2015.

**MINUTA**

## **1. INTRODUÇÃO**

1.1 O Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, com o **objetivo geral** de “*estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas, voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social*”; e com os seguintes **objetivos estratégicos**:

- *a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade;*
- *a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos;*
- *a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante* (Secretaria de Recursos Hídricos, 2006).

1.2 Nos anos de 2010 e 2011 foi realizada a primeira revisão do PNRH, que envolveu consultas públicas nas 12 Regiões Hidrográficas Nacionais e um Encontro Nacional. Esta primeira revisão teve como foco o Volume IV do PNRH (Programas Nacionais e Metas), e seu resultado está consolidado no documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”, aprovado por meio da Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011.

1.3 Conforme o art. 35, inciso IX, da Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos “*acompanhar a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas*”.

1.4 A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH/CNRH) tem como atribuição “*acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, sua implementação e suas revisões*”, conforme Resolução CNRH nº 94, de 5 de novembro de 2008, que altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, 10 de junho de 1999.

1.6 Ademais, a Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que “*aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências*”, estabelece em seu Art. 3º que “*a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em articulação com a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH e apoio da ANA, deverá proceder à revisão do PNRH a cada quatro anos, para orientar a elaboração dos Programas Plurianuais - PPAs federal, estaduais e distrital e seus respectivos orçamentos anuais*”.

1.7 Este Parecer foi elaborado tendo como base o **Informe sobre a Implementação do PNRH no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015**, elaborado pela SRHU/MMA, com a colaboração da Agência Nacional de Águas - ANA, que apresenta a situação das **22 Prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) para 2012-2015**.

1.8 Considerando que os indicadores de monitoramento e avaliação da implementação das Prioridades do PNRH até o momento não foram definidos, conforme previsto no documento aprovado pelo CNRH, a análise da CTPNRH baseou-se nas informações prestadas pelas instituições, confrontadas com as recomendações para cada uma das prioridades, advindas do processo de consulta ao SINGREH. No entanto, não foi possível uma avaliação da implementação do PNRH em relação aos anos anteriores ou a uma meta projetada para o período 2012-2015.

1.9. Na sequência, são apresentados os resultados da análise da CTPNRH para cada uma das Prioridades.

## 2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNRH

### 2.1. Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes

2.1.1 Esta prioridade contribui para a implementação Subprogramas II.1 – Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SINGREH e II.2 – Apoio à Organização dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, do Programa II – Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil e tem como objetivo “*Apoiar o planejamento participativo e descentralizado da gestão de recursos hídricos, por meio da criação de novos Comitês de Bacia e do fortalecimento institucional dos Comitês já existentes*”. Os executores desta ação são a ANA, os Órgãos Gestores Estaduais e as Agências de Bacia.

2.1.2 Abaixo as recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH e os desdobramentos:

- Definir bacias hidrográficas prioritárias para o fomento à criação de CBHs, considerando o mapa de gestão de recursos hídricos (Resolução CNRH nº 109 de 2010): A ANA, por meio de sua Portaria nº 62, 26 de março de 2013, declarou como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos, segundo o balanço hídrico quali-quantitativo, os trechos em corpos hídricos de domínio da União listados nos Anexos I e II, desta Portaria. Para estes trechos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, as Superintendências de Planejamento de Recursos Hídricos, de Regulação e de Fiscalização, em articulação, quando necessário, com as demais Superintendências da ANA, elaborarão, para aprovação da Diretoria Colegiada, o planejamento geral das ações de gestão a serem implementadas nas bacias hidrográficas com trechos identificados nos Anexos I e II. → Qual foram as ações na sequência?

- *Mobilizar os atores para a implantação dos Comitês, em especial nas regiões: Tocantins-Araguaia, Uruguai, Parnaíba e Mampituba:* Foram realizadas reuniões de mobilização para instalação do CBH Uruguai e fechada a minuta do Acordo de Cooperação que deveria ser firmado entre os estados do RS e SC e a ANA, como um dos requisitos para a criação do CBH Uruguai (**ver Tocantins-Araguaia**);
- *Prever recursos financeiros para custeio dos CBHs nos PPAs do Governo Federal e dos Governos Estaduais e fortalecer os CBHs já criados, visando à sua sustentabilidade:* Esta questão vem sendo discutida. Como propostas tem a viabilização de utilização de parte dos recursos advindos dos 0,75% da geração e a destinação da parcela da compensação dos estados para o gerenciamento dos recursos hídricos;

## 2.2. Ampliação do cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos

2.2.1 Esta prioridade está associada à implementação dos **Subprogramas III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários** e **III.2 – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**, do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos** e tem como **objetivo** desta ação é “*Promover, de forma coordenada com os órgãos estaduais, o amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país*”. Os **executores** são a ANA e os Órgãos Gestores Estaduais.

2.2.1 As Recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:

- Identificar as bacias hidrográficas e regiões prioritárias para o cadastramento de usos e usuários de águas superficiais e subterrâneas;
- Cadastrar os usos e usuários nas bacias priorizadas;
- Avançar no cadastramento de efluentes;
- Integrar o Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNARH) e Cadastros dos Estados.

### 83ª CTPNRH - sai

Identificar as bacias hidrográficas e regiões prioritárias para o cadastramento de usos e usuários de águas superficiais e subterrâneas: (**Definir estratégias para cadastramento dos usuários**);

Cadastrar os usos e usuários nas bacias priorizadas;

Avançar no cadastramento de efluentes: (**Informe - Atlas de despoluição/ANA**)

Integrar o Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNARH) e Cadastros dos Estados. (**ver o que está sendo feito, Resolução CNRH**);

Sincronizar as campanhas de cadastramento estaduais e federal.

Definir metas com base em bacias prioritárias. (PPA) - atendida, mas sem considerar as bacias críticas. Águas Subterrâneas ???

### Texto para o parecer – substitui 83ª CTPNRH

As informações apresentadas no Informe mostram os avanços no número de usuários cadastrados e de usuários regularizados pela ANA, o que é fundamental para a gestão dos recursos hídricos, mas não há informações sobre a identificação das hidrográficas e regiões prioritárias para o cadastramento de usos e usuários de águas superficiais e subterrâneas.

É importante que sejam definidas estratégias para o cadastramento de usos e usuários e que as campanhas de cadastramento dos usuários de rios de domínio dos Estados e do Distrito Federal e da União sejam sincronizadas. O Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas, desenvolvido pela ANA em parceria com o Ministério das Cidades, tem o lançamento previsto para o segundo semestre de 2015, e poderá ser uma boa referência para avançar no cadastramento de efluentes.

A Resolução CNRH No 126, DE 29 DE JUNHO DE 2011, Estabelece diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos. *Como está??* **A informação terá que ser obtida junto à ANA.**

### **2.3. Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional**

2.3.1 Esta prioridade contribui para a implementação dos **Subprogramas III.2 - Rede hidrológica quali-quantitativa nacional** e **III.3 - Processamento, armazenamento, interpretação e difusão de informação hidrológica** do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos** e tem objetivo *“Consolidar uma adequada rede de monitoramento hidrológico para a coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre as disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas do país nas diversas bacias e regiões, assegurando que os dados coletados sejam efetivamente processados e interpretados e subsidiem decisões acerca da gestão dos recursos hídricos, além de devidamente armazenados e difundidos entre todos os segmentos interessados.”*. Os executores são a ANA e as entidades que operam as estações hidrometeorológicas.

2.3.2 Abaixo as recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH:

- Identificar bacias hidrográficas e regiões prioritárias para implantação ou ampliação do monitoramento quali-quantitativo: importante que sejam divulgados;
- Definir estratégia de ampliação da rede de monitoramento quali-quantitativo das bacias e regiões prioritárias;
- Realizar a manutenção e modernização das redes de monitoramento quali-quantitativo existentes;
- Promover a integração das redes de monitoramento quali-quantitativo existentes, por meio de convênios ou acordos de cooperação com entidades responsáveis por redes de monitoramento, buscando sua otimização pela eliminação da sobreposição de pontos monitorados e agregação das informações geradas.

2.3.3 O Informe apresenta dados sobre os avanços em termos de modernização da rede, mas não apresenta informações e nem referências sobre os **critérios para priorização, estratégias de ampliação da rede e das integrações das redes de monitoramento**.

2.3.4 **Importante que os critérios e as estratégias sejam divulgados. Definir estratégia de ampliação da rede de monitoramento quali-quantitativo das bacias e regiões prioritárias. (Buscar informações do Programa “Qualiágua”)**

2.3.4 **Cabe destacar que deve ser dada especial atenção a uma rede adequada de qualidade de água para apoiar o enquadramento e a gestão de R.H. (PPA).**

### **2.4. Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH**

2.4.1 Esta prioridade contribui para a implementação do **Subprograma III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – SNIRH**, do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos** e tem objetivo *“consolidar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos,*

*complementando dados e lacunas, e, principalmente, assegurando a interlocução com sistemas similares instalados nos Estados e/ou em bacias determinadas”.* Os seus executores são a ANA e os Órgãos Gestores Estaduais.

2.4.2 Abaixo as recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH:

- Complementar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – SNIRH;
- Implementar os Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos;
- Fazer a integração dos Sistemas Estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos.

#### 83ª CTPNRH

Complementar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – SNIRH.

Implementar os Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos.

Fazer a integração dos Sistemas Estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos. ([Ver Resolução 126 CNRH sobre Sistemas de Informações](#))

[Estabelecimento de metas](#)

[Resgatar o Pró-Gestão](#)

#### **Texto para o parecer** – substitui 83ª CTPNRH

O Informe traz informações sobre as atividades de manutenção e atualização dos Subsistemas do SNIRH. Em particular cabe destacar o desenvolvimento do CNARH40, aplicativo de recebimento e gerenciamento dos dados de outorgas dos Estados, para atendimento ao Programa PROGESTÃO, atendendo à Resolução CNRH nº 126, de 30 de junho de 2011, que aprova diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

## 2.5. Elaboração de Planos de Recursos Hídricos

2.5.1 Esta prioridade contribui para a implementação do Subprograma **III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos hídricos em classes de uso**, do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos** e tem como objetivo *“Promover a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio federal e apoiar metodologicamente os Estados na elaboração de seus planos e de planos de bacias de rios estaduais”.* Os **executores e intervenientes** são a ANA, SRHU-MMA, Órgãos Gestores Estaduais, Comitês e Agências de Bacia.

2.5.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:

- Apoiar a elaboração dos Planos de Bacias onde existem Comitês;
- Apoiar a elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos;
- Desenvolver metodologia para a definição de critérios para o delineamento de áreas para a conservação da biodiversidade aquática (ecorregiões aquáticas), visando orientar o planejamento de recursos hídricos.

#### **83ª CTPNRH**

Apoiar a elaboração dos Planos de Bacias onde existem Comitês. ([Critérios para priorização de bacias onde não existem cbhs](#))

Apoiar a elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos.

Desenvolver metodologia para a definição de critérios para o delineamento de áreas para a conservação da biodiversidade aquática (ecorregiões aquáticas), visando orientar o planejamento de recursos hídricos. (Necessidade de se estender a metodologia para todas as bacias)

Inclusão do Plano do Paraguai, aprovado em resolução CNRH n 152 (PPA)

Texto para o parecer – substitui 83ª CTPNRH

O Informe apresenta a atuação da ANA e da SRHU na elaboração de planos de recursos hídricos, inclusive com metas previstas no PPA 2012-2015. É importante a continuidade dessas atividades no planejamento do Governo Federal.

É importante o desenvolvimento de critérios para a priorização da elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas onde não existem Comitês.

Inclusão do Plano do Paraguai, aprovado em resolução CNRH n 152 (PPA) (incluído na nova versão do informe).

## 2.6. Apoio ao enquadramento dos corpos d'água

2.6.2 Esta prioridade contribui para a implementação do **Subprograma III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos hídricos em classes de uso**, do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**, e tem objetivo “*promover a elaboração de propostas de enquadramento de corpos d'água em bacias de rios de domínio federal e apoiar metodologicamente os Estados na elaboração de suas propostas, em bacias de domínio estadual*”. Os executores são a ANA, Órgãos Gestores Estaduais, Comitês e Agências de Bacia.

2.6.2 No processo de consulta ao SINGREH foi recomendado que fossem definidas metodologias para a estimativa dos impactos de cargas difusas em corpos d'água.

2.6.3 Foi elaborada e encontra-se em discussão, no âmbito do Comitê, a proposta de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais da Bacia do Rio Paranaíba. Estão em andamento estudos para subsidiar a proposta de enquadramento para os corpos d'água da bacia do Rio Piranhas-Açu. Os CERHs do PR e RS aprovaram o enquadramento de águas superficiais de rios sob sua dominialidade.

2.6.4 Ainda em relação ao tema do enquadramento dos corpos de água, a SRHU/MMA inseriu no seu planejamento estratégico para o período 2014-2022, uma ação de “Avaliação do instrumento enquadramento dos corpos hídricos na Política Nacional de Recursos Hídricos e concepção de estratégias para promover o enquadramento dos corpos hídricos”.

2.6.5 No PPA 2012-2015 não há meta associada a essa prioridade.

## 2.7. Definição de critérios de outorga para diferentes situações

2.7.1 Esta prioridade contribui para a implementação do **Subprograma III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos**, do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**, e tem objetivo “*avancar e consolidar a metodologia e o sistema de outorga de direitos de uso da água e apoiar esforços similares nas unidades federadas, assegurando*



consistência de critérios e metodologias e subsidiando a consolidação da sistemática de outorga em todo o território nacional”. Os **executores** são a ANA e os órgãos outorgantes estaduais.

2.7.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:

- Definir critérios de outorga para rios intermitentes;
- Definir critérios de outorga para águas subterrâneas;
- Definir critérios e procedimentos conjuntos e articulados entre os Estados que compartilham um mesmo aquífero;
- Levar em conta as especificidades regionais na definição de critérios de outorga.

2.7.3 Atendem os objetivos desta Prioridade:

- Resolução CNRH rios intermitentes (não é desse período)
- A Resolução ANA Nº 1041, de 19 de agosto de 2013, que defini os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como prazos de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos; (foi incluído na última versão do relatório)
- “Manual de Procedimentos Técnicos e Administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos”, disponível no site da ANA. (foi incluído na nova versão do informe)

Não há meta formalizada no PPA Federal 2012-2015, em relação a este tema.

## 2.8. Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento por aprovado pelo Comitê de Bacia

2.8.1 Esta atividade contribui para a implementação do **Subprograma III.7 - Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos**, do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**, e tem como objetivo “*empreender estudos sobre alternativas na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, com foco na conscientização do usuário da água*”. Os **executores** são a ANA, Órgãos Gestores Estaduais e Agências de Bacia.

2.8.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:

- Identificar as bacias hidrográficas prioritárias para a implantação da cobrança pelo uso da água;
- Implantar a cobrança nas bacias prioritárias onde esse instrumentos for aprovado pelo Comitê de Bacia.

2.8.3 Segundo o Informe:

- Foi implementada a **cobrança na bacia do rio Doce** em 2012;
- foi elaborado estudo para subsidiar o Comitê de **Bacia do Rio Paranaíba (RH Paraná)** na implementação da cobrança naquela bacia;
- a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas **bacias dos rios Verde Grande (RH São Francisco)** e **rio Paranaíba (RH Paraná)** foi inserida no Projeto de Lei Orçamentária - PLOA de 2013;
- no ano de 2013, o estudo para implementar a cobrança **na bacia do rio Grande** estava na fase de conclusão;
- havendo, naquele ano, a previsão para a elaboração de estudo para a implementação da cobrança na bacia hidrográfica do **rio Paranapanema e do rio Paranaíba**. Em 2014 teve início o processo de implementação da cobrança

pelo Comitê da Bacia do **rio Paranaíba**. Para 2015, é previsto que a cobrança na bacia do rio Paranaíba seguirá em fase de implementação, havendo, ainda, a possibilidade de implementação da cobrança na bacia hidrográfica do rio Verde Grande.???

A meta da ANA no PPA Federal 2012-2015 relacionada a esta prioridade é “*dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos da viabilidade da cobrança*”.

## 2.9. Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas

2.9.1 Esta prioridade contribui para a implementação **Subprograma III.5 - Subprograma nacional de fiscalização do uso de recursos hídricos**, do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**, e tem como objetivo é “*organizar ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos*”. Os **executores** são a ANA e os Órgãos Gestores Estaduais.

2.9.2 As recomendações do processo de consulta ao Singreh foram as seguintes:

- Desenvolver capacidade institucional e técnica para a fiscalização nos Estados, por meio da parceria entre órgãos.
- Melhorar e ampliar a infraestrutura de fiscalização dos órgãos estaduais.

Segundo o Informe a ANA atua com foco em bacias prioritárias selecionadas a partir da sua criticidade (em termos de balanço hídrico quali-quantitativo), representatividade de seus usuários (em termos de grandeza de vazões outorgadas), dentre outros critérios. Como também para atendimento a denúncias específicas.

O Informe apresenta o número de campanhas realizadas, muitas delas realizadas em conjunto com os estados.

Não há meta formalizada no PPA Federal 2012-2015, relacionada a esta prioridade. No entanto, na análise do Ministério do Planejamento, o tema poderia ser tratado no Objetivo 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável ???

## 2.10. Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no Singreh

2.10.1 Esta prioridade contribui para a implementação **Subprograma II.4 - Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos**, do **Programa II - Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil**, e tem como objetivo “*promover a ampliação e a coordenação de fontes de financiamento à gestão dos recursos hídricos, estruturando de modo adequado condicionantes para linhas de crédito*”. Os **executores** são a SRHU, ANA, Órgãos Gestores Estaduais, CERHs, CNRH.

2.10.2 As recomendações do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:



- Identificar fontes de receita para a sustentabilidade financeira das ações de gestão de recursos hídricos,
- considerando os recursos oriundo da compensação financeira paga pelo setor elétrico.
- Revisar o arcabouço legal relativo à sustentabilidade financeira de Fundos de Recursos Hídricos.
- Adequar os órgãos gestores estaduais para a gestão desses Fundos de Recursos Hídricos.
- Implementar os fundos de recursos hídricos com identificação e viabilização dos mecanismos de sustentabilidade.

**Situação** (ver CT-Hidro e Fundos Estaduais) não foi possível levantar a informação

O Informe não traz informações sobre o seu desenvolvimento. ....

Não há meta formalizada no PPA.

## 2.11.Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água

2.11.1 Esta prioridade contribui para o **Subprograma III.9 - Apoio ao desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão**, do **Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**, e tem como **objetivo** “desenvolver técnicas de suporte à tomada de decisão, visando orientar o gerenciamento e planejamento do uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica”. Os **executores** são ANA e os Órgãos Gestores Estaduais.

Sem informação sobre o seu desenvolvimento. Segundo análise do MP, a responsabilidade de Implementação desta prioridade deve ser compartilhada pelos entes da federação.

O Informe relata a experiência com o Acquanet, sistema de suporte a decisão desenvolvido pela Escola Politécnica da USP, no entanto, não traz informações suficientes nos os resultados na utilização desse sistema.

Não há meta formalizada no PPA.

## 2.12.Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos

2.12.1 Esta prioridade contribui para a implementação Subprograma **III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos hídricos em classes de uso**, do **Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos**, e tem como **objetivo** “desenvolver propostas de diretrizes para a internalização do tema das mudanças do clima na gestão de recursos hídricos”. Os **executores** são SRHU-MMA, ANA e CNRH.

2.12.2 As recomendações do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:

- Desenvolver estudos integrados e programas de ações por Região Hidrográfica referentes ao (i) monitoramento de variáveis climáticas; (ii) programas de mitigação; (iii) gestão integrada; (iv) implementação dos instrumentos da Política.

- Promover estudos para a avaliação de cenários de referência regionalizados de mudanças do clima, objetivando a incorporação desta variável na elaboração de cenários de segurança dos recursos hídricos, visando adaptações às mudanças do clima.
- Integrar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com os instrumentos da Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC) e da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).
- Desenvolver, de forma participativa e descentralizada, conteúdo mínimo sobre a gestão de recursos hídricos e suas relações com as mudanças climáticas.

Segundo o Informe, a partir de 2013, os planos de bacias hidrográficas em elaboração e em revisão pela ANA e também para o Estado de Goiás (PERH/GO) passaram a introduzir a simulação dos efeitos das mudanças climáticas na disponibilidade hídrica em um dos cenários, geralmente, o crítico. Também há estudos em desenvolvimento para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima – Rede Água, desenvolvido pelo MMA/SMCQ, com o apoio da ANA e da SRHU. O estudo “Adaptação do planejamento e da operação dos recursos hídricos à variabilidade e mudanças climáticas na bacia do rio São Francisco”, também é outra iniciativa voltada à temática.

Considerando que a prioridade refere-se à definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos, cabe uma avaliação sobre a necessidade de deliberação do CNRH relacionada ao tema, que leve em conta as experiências em andamento.

### **2.13. Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos**

2.13.1 Esta atividade contribui para a implementação do **Subprograma IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos**, do **Programa IV – Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH**, e tem objetivo “*promover o desenvolvimento científico e tecnológico da gestão de recursos hídricos, consolidando e conferindo aplicabilidade e difusão aos conhecimentos auferidos*”. Os executores são ANA, SRHU-MMA e MCT.

2.13.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH são as seguintes:

- Desenvolver pesquisas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e metodológico do aproveitamento sustentável dos recursos hídricos.
- Desenvolver pesquisas voltadas à modelagem dos seis biomas brasileiros para a conservação e manutenção dos recursos hídricos, considerando os possíveis efeitos das mudanças do clima.
- Desenvolver pesquisas de modelagem hidrológica quali-quantitativa voltadas à determinação de modelos de cargas difusas e concentradas.
- Socializar os resultados das pesquisas no prazo de até 1 ano após a sua conclusão.
- Criar selo para o reconhecimento de processos produtivos que utilizam a água de forma sustentável.
- Implantar uma plataforma de boas práticas de gestão de recursos hídricos para a difusão de conhecimentos e tecnologia, incluindo a tecnologia social.

**Situação-** Não há meta formalizada no PPA. Sem informação sobre o seu desenvolvimento. Não foi possível levantar a informação sobre o andamento desta prioridade. Segundo análise do MP, a responsabilidade de implementação desta prioridade deve ser compartilhada pelos entes da federação e tem o caráter de estratégia ou diretriz.

## **2.14.Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh**

2.14.1 Esta prioridade contribui para a implementação do **Subprograma IV.3 - Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos**, do **Programa IV – Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH**, e tem objetivo “*difundir conceitos, iniciativas e demais informações relativas à GIRH para o conjunto da sociedade brasileira e/ou em regiões e bacias específicas*”. Os executores são a SRHU-MMA e a ANA.

2.14.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH são as seguintes:

- Estabelecer estratégia de comunicação no âmbito do Singreh e com a sociedade, sob os enfoques nacional e regional;
- Implantar Plano de Comunicação para o Singreh e com a sociedade;
- Constituir uma rede de troca de experiências sociambientais para o Singreh;
- Constituir uma rede nacional de Conselhos de Recursos Hídricos.

**Segundo o Informe**, a SRHU e a CTEM/CNRH capitanearam algumas iniciativas relacionadas ao tema. É importante que o registro dessas experiências esteja disponíveis para acesso público. **Considerando que a prioridade refere-se ao desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o Singreh, cabe uma avaliação sobre a necessidade de deliberação do CNRH relacionada ao tema, que leve em conta as experiências em andamento.**

## **2.15.Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do Singreh e para a sociedade**

2.15.1 Esta prioridade contribui para a implementação do **Subprograma IV.2 - Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão integrada de recursos hídricos**, do **Programa IV - Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH**, e tem como objetivo “*desenvolver ações de capacitação, voltadas a agentes multiplicadores que possam, pela via de programas descentralizados e capilares de educação ambiental focados em recursos hídricos, difundir conceitos e práticas, além de apoiar transversalmente a própria implementação do PNRH*”. Os executores desta ação são ANA, SRHU-MMA e órgãos gestores estaduais.

2.15.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:

- Realizar o mapeamento inicial da demanda por capacitação no âmbito do Singreh;
- Construir projeto político-pedagógico;
- Desenvolver os processos formativos dirigidos ao público priorizado;
- Fomentar a capacitação em eco-inovação dos grandes usuários da água.

**Segundo o Informe** diversas ações de capacitação e processo formativos vem sendo desenvolvidos pela ANA e SRHU, com destaque para o alcance dos cursos de Educação à Distância (EaD) desenvolvidos pela ANA, que superou a meta prevista no PPA 2012-2015, de 30 mil pessoas capacitadas.

## 1.1. Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços

2.16.1 Esta prioridade contribui para implementação do **Subprograma I.3 - Implementação prática de compromissos internacionais em corpos de água transfronteiriços e desenvolvimento de instrumentos de gestão e de apoio à decisão, compartilhamento com países vizinhos**, do **Programa I - Estudos Estratégicos de Recursos Hídricos**, e tem como **objetivo** “*conferir substância e dar consequência aos compromissos e à agenda internacional brasileira, além de reunir dados e informações sobre variáveis que afetam os recursos hídricos do Brasil e que estão localizadas em territórios de países vizinhos*”. Os **executores** são ANA, SRHU-MMA e **órgãos gestores estaduais**.

### 2.16.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH:

- Definir plano de ação para a gestão transfronteiriça de recursos hídricos;
- Identificar oportunidades de articulação para a gestão transfronteiriça com a Argentina e o Uruguai (ex. UGRH Peperi-Guaçu e Uruguai);
- Implementar ações previstas do Acordo do Rio Apa;
- Firmar o acordo de gestão compartilhada do Aquífero Guaraní;
- Assinar o acordo trilateral para a gestão do rio Acre.

Segundo o Informe, a SRHU exerce atividades relativas à coordenação nacional do Programa dos Aquíferos Transfronteiriços da América (ISARM-América) e do Programa Marco para a Gestão Sustentável da Bacia do Prata. Em relação à recomendação de definir plano de ação para a gestão transfronteiriça de recursos hídricos, no âmbito da CTGRHT/CNRH, foi iniciada a discussão sobre a definição de diretrizes sobre a gestão de recursos hídricos em áreas de fronteira, inclusive com a realização de oficina de trabalho que reuniu diversas experiências e apontou encaminhamentos. Há a necessidade de dar continuidade às discussões no âmbito da CT.

## 2.17 Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos

2.17.1 Esta prioridade contribui para a implementação do **Subprograma VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos críticos**, do **Programa VI - Usos Múltiplos e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos**, e tem como objetivo “*propiciar aos tomadores de decisão, bases mais sólidas a fim de nortear as políticas públicas voltadas à gestão dos recursos hídricos contextos de vulnerabilidade hídrica*”. O **executor é a ANA**.

### 2.17.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH:

- Realizar o zoneamento das áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos extremos;
- Avaliar a vulnerabilidade das áreas sujeitas a eventos extremos;
- Subsidiar a elaboração de planos preventivos da Defesa Civil e de sistemas estaduais e municipais de alerta e planos de contingência no caso da ocorrência dos eventos extremos.

Segundo o Informe, foi finalizado Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, disponível para download no website da ANA. Também foram instaladas salas de situação em 25 estados da federação, sendo que apenas o DF e o ES estão em fase de implementação. O Ministério das Cidades também desenvolve ação relacionada ao tema, que envolvem a implantação e

manutenção de um Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas Suscetíveis a Inundações, Enxurradas e Deslizamentos (SIMOU).

## **2.18 Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas**

2.18.1 Esta prioridade contribui para a implementação dos **Subprogramas VI.4 - Intervenções integradas de saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano e VI.5 - Conservação de solos e água - Manejo de microbacias no meio rural, do Programa IV – Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH**, do Programa..... e tem como **objetivo** “*desenvolver mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas das bacias hidrográficas*”. Os **executores** são a ANA e o MMA.

2.18.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH são as seguintes:

- Apoiar projetos de conservação de águas, solo e vegetação por meio do PSA;
- Avaliação continuada da implementação dos programas de PSAs em relação ao cumprimento de seus objetivos na gestão de recursos hídricos.

O Informe relata a experiência do Programa Produtor de Água, desenvolvido pela ANA, que tem como foco o estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.

Não há meta formalizada no PPA. Sem informação sobre o seu desenvolvimento.

## **2.19 Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais**

2.19.1 Esta prioridade contribui para a implementação dos **Subprogramas VI.4 - Intervenções integradas de saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano e VI.5 - Conservação de solos e água - Manejo de microbacias no meio rural**, do Programa e tem como **objetivo** “*promover ações integradas visando a recuperação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais*”. O **executor** é o MMA e ANA??.

2.19.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:

- Definir os critérios para a priorização de bacias;
- Identificar as bacias hidrográficas prioritárias;
- Elaborar os projetos de recuperação e conservação das bacias prioritárias;
- Iniciar a implantação dos projetos.

Segundo o Informe, são desenvolvidas ações relacionadas à: i) Redução da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), por meio do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas – Prodes, com o objetivo de incentivar novos investimentos do setor de saneamento para ampliação da oferta de serviços de tratamento de esgotos no País e ii) Revitalização de sub-

bacias hidrográficas e recuperação de matas ciliares e de nascentes, que envolvem ações de recuperação e conservação ambiental nascentes e microbacias hidrográficas.

## **2.20 Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado**

2.20.1 Esta prioridade contribui para implementação do **Subprograma V.1 - Avaliação de impactos setoriais na gestão de recursos hídricos**, do **Programa V – Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da Gestão de Recursos Hídricos**, e tem como **objetivo** “*identificar e avaliar as demandas de recursos hídricos e os impactos gerados a partir de investimentos, intervenções e, mesmo, de ações institucionais empreendidas por setores usuários sobre a GIRH.*” Os **executores** são a SRHU-MMA, a ANA e os órgãos gestores estaduais.

2.20.2 No processo de consulta ao SINGREH foi levantada a recomendação de desenvolver estudos de cenários de demanda e oferta de água para um horizonte de 25 anos, que possibilitem a tomada de decisões para ações e investimentos que garantam o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida e a conservação ambiental.

Segundo o Informe, a Matriz de Coeficientes Técnicos de Uso dos Recursos Hídricos foi desenvolvida para o setor da indústria e da irrigação. Não há previsão de desenvolvimento da matriz para o setor saneamento. Ainda em relação ao tema estão em elaboração os estudos para o desenvolvimento das Contas Econômicas da Água, com o objetivo de explicitar as demandas de água bruta pelos setores da economia. Também foi contratado um estudo sobre estimativa de demandas e usos consuntivos de água, contemplando a definição de metodologias, a construção de base de dados e a produção, atualização, armazenamento e disponibilização dos resultados das estimativas de demandas e usos ao longo do tempo.

## **1.2. Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos**

2.21.1 Esta prioridade contribui para a implementação do **Subprograma V.2 - Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse da GIRH**, do **Programa V – Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da Gestão de Recursos Hídricos**, e tem como objetivo “*assumir uma atitude proativa no sentido de adequar e/ou complementar programas e projetos setoriais com vistas ao seu mútuo ajuste e compatibilidade ante as diretrizes transversais traçadas pelo setor de recursos hídricos. Nesse sentido, destaca-se o estímulo às ações de planejamento setorial sob a ótica de uso múltiplo e integrado desde sua etapa inicial.*” Os **executores** são o CNRH, a SRHU-MMA e a ANA.

### **Recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH**

- Instalar Comitê Interministerial de Articulação de Políticas Setoriais com reflexos sobre a gestão de recursos hídricos.
- Promover a articulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB); Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC); Plano Nacional de Resíduos Sólidos; Plano Nacional de Irrigação; dentre outros.



Segundo o Informe, as deliberações do CNRH relacionadas à Política Nacional de Segurança de Barragens, Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Plano Nacional de Saneamento Básico, contribuem para a articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.

## 2.22 Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH)

2.22.1 Esta prioridade contribui para a implementação Programa XIII – Gerenciamento Executivo, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH e tem como **objetivo** “*apoiar executivamente, monitorar e avaliar o processo dinâmico de implementação instrumentos e os indicadores adequados, para identificar as correções de rumo e os ajustes que se mostrem do PNRH, mediante os m necessários*”. Os **executores** são a SRHU-MMA e a ANA.

2.22.2 As recomendações advindas do processo de consulta ao SINGREH foram as seguintes:

- Aprimorar e implantar o Sistema de Informações do PNRH;
- Desenvolver metodologias de monitoramento e avaliação da implementação do PNRH;
- Avaliar, de forma sistemática e continuada, os cenários do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Mobilizar os Governos Estaduais, por meio de encontros nacionais, para a implementação do PNRH.

Segundo o Informe, a concepção, implantação e manutenção do SIGEOR/PNRH e a realização de um diagnóstico e avaliação da implementação do PNRH no período 2006-2014 são ações previstas no âmbito do planejamento estratégico do Ministério do Meio Ambiente.

## 3. Conclusão

3.1. A análise da implementação das prioridades do PNRH foi realizada com base no Informe sobre a Implementação do PNRH no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015,, elaborado pela SRHU/MMA, com a colaboração da ANA, que não contemplam as ações desenvolvidas pelos Estados e nem por outros órgãos do Poder Executivo Federal que atuam em políticas com interface com a gestão dos recursos hídricos.

3.3 Não obstante, o Informe contribui para uma visão do desenvolvimento das Prioridades do PNRH e das lacunas de Implementação a serem preenchidas, servindo como importante insumo na definição das metas do Governo Federal para o PPA 2016-2019.

3.2 Importante que para 2015, o Informe traga também as informações dos Estados e do Distrito Federal em relação à Implementação do PNRH, assim como dos outros órgãos do Governo Federal.

3.3 Além das recomendações de ajustes no texto, a CTPNRH considerou que, para melhor embasar sua análise e parecer em relação à implementação do PNRH, torna-se relevante que, nos próximos Informes, as informações prestadas identifiquem:

- i. os critérios de priorização na definição das metas de Implementação pelas instituições responsáveis;
- ii. as ações executadas que contribuem para implementação dos prioridades do PNRH, mesmo tratando-se de ações extraorçamentárias

- ou de regulamentação, que não constem no Plano Plurianual do Governo Federal e Estados; e
- iii. as ações que estão sendo executadas pelo Estados, de forma a retratar a implementação do PNRH no âmbito nacional e não somente do Governo Federal.

3.4 Cabe destacar a importância de que sejam envidados esforços na complementação das informações para o Informe de 2015, para permitir um balanço do ciclo de implementação do PNRH 2012-2015, que irá orientar a segunda revisão do PNRH, para o período 2016-2019.

- Fortalecimento dos sistemas nacional e estaduais de recursos hídricos
- Articulação dentro dos CBHs (Subprogramas 2.1 e 2.2)
- Identificar os programas e subprogramas para cada prioridade
- Boas práticas

#### **Não definição de indicadores**

**Só com base nas ações da UNião**

Este é o parecer.

Em,        de dezembro de 2014.

**MARTHA SUGAI**  
Presidente da CTPNRH/CNRH